

CONSULTA PRÉVIA 15/2021

**AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURANÇA/VIGILÂNCIA PARA A
FEIRA DE SANTA IRIA**

CADERNO DE ENCARGOS

SETEMBRO 2021

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª – Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, por consulta prévia, o qual tem por objeto principal a **“aquisição do serviço de segurança/vigilância para a Feira de Santa Iria”**, de acordo com as características técnicas apresentadas nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos previstos no artigo 96.º do Código de Contratação Pública, designadamente:
 - a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela entidade adjudicatária.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pela entidade adjudicatária nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. A celebração de quaisquer relações contratuais deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal dos contratos públicos através do preenchimento de uma ficha conforme modelo constante do anexo II do Código de Contratos Públicos (CCP), sob pena de ineficácia do respetivo contrato e impossibilidade de realização de quaisquer pagamentos do preço constante da proposta.

Cláusula 3.ª – Prazo

1. O contrato vigorará até ao dia 25 de outubro de 2021, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato terá um prazo máximo de execução de 13 dias.

Cláusula 4.ª – Local da prestação de serviços

A prestação dos serviços inerentes ao objeto do contrato, devem ser efetuados no Largo de São Francisco e no Parque das Roullotes junto às piscinas municipais.

Cláusula 5.ª – Preço base

1. O preço base máximo para a aquisição do serviço é de **28.700,00€ (vinte e oito mil e setecentos euros)**.
3. O valor previsto no número anterior será acrescido de taxas/impostos legais em vigor, quando devidos.
3. O preço base é o máximo que a entidade adjudicante se propõe a pagar pela execução de todas as prestações do presente contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações da entidade adjudicatária

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 6.ª – Obrigações principais da entidade adjudicatária

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária a execução dos serviços nos seguintes termos:
 - a) A realização de rondas permanentes em toda à área onde se realiza o evento, conforme cláusulas técnicas do presente caderno de encargos;
 - b) Assegurar o cumprimento do horário de abertura e de encerramento do evento;
 - c) A prevenção relativa a incêndios, sabotagem, vandalismo, roubo, inundações e quaisquer outros perigos ou danos;
 - d) Efetuar a vigilância do recinto e o controlo de entrada e saída nas diversas portas no horário de abertura e encerramento do evento;
 - e) Assegurar todas as comunicações no evento com equipamentos e repetidores;
 - f) A intervenção de 1º nível em caso de situações anómalas, acidente ou quaisquer outros tipos de emergência, de acordo com as normas em vigor;

2. A apresentação junto da entidade adjudicante, no prazo máximo de 72 horas antes do evento, da listagem com a identificação do pessoal a afetar ao objeto do presente procedimento, com indicação do respetivo chefe de grupo.
3. O pessoal vigilante deverá apresentar-se no local de trabalho e durante as horas de execução de serviço, devidamente uniformizado, instruído e treinado na execução de tarefas inerentes à segurança e vigilância
4. A entidade adjudicatária deverá entregar diariamente relatórios de ocorrência, à entidade adjudicante.
5. O pessoal vigilante deverá estar munido de emissor/recetor que possibilite o contacto direto com a Central Operacional do adjudicatário, durante o período da prestação de serviços.
6. Os instrumentos de controlo da execução do serviço, como relógios de ronda, chaves, selos, lanternas, emissores/recetores, e outros, são da propriedade do adjudicatário.
7. Os encargos com o pessoal vigilante como salários, encargos sociais, subsídios, seguros, formação, treinos, uniformes e outros abonos ou encargos, serão suportados exclusivamente pelo adjudicatário.
7. O pessoal vigilante é dirigido e fiscalizado pela entidade adjudicatária, pelo que, ordens de serviço, alterações ao horário contratual, normas de serviço e reclamações, deverão ser transmitidas diretamente pela entidade adjudicante à entidade adjudicatária.
8. A entidade adjudicatária tem de proceder às necessárias correções, verificada que esteja a não conformidade do serviço com o contratado, desde que reclamadas pela entidade adjudicante.
9. Em função das solicitações apresentadas pela gestão das instalações, a entidade adjudicatária terá que adaptar e ajustar as estratégias de trabalho.
10. O pessoal vigilante da entidade adjudicatária não é considerado como permanentemente afeto ao mesmo local de trabalho, podendo a entidade adjudicatária proceder à sua substituição, sempre que se torne necessário, por razões de serviço, de inadequação das funções a exercer, durante as férias, em caso de faltas ou licenças, ou outras, devendo, no entanto, comunicar essas alterações à entidade adjudicante.
12. A entidade adjudicatária tem de tomar as devidas providências, no sentido dos seus trabalhadores tratarem com urbanidade a entidade adjudicante e os seus funcionários.
13. A entidade adjudicatária responderá civil e criminalmente pelas ocorrências, verificadas no local objeto da presente prestação de serviços, em consequência das quais resultem danos materiais ou pessoais a terceiros decorrentes da sua atividade.
14. A entidade adjudicatária tem de tomar as devidas providências, para que um elemento das

equipas de ARE'S seja coordenador de equipa.

15. Os serviços de segurança / vigilância deverão ser prestados nos horários/horas/dias que se apresentam nas especificações técnicas das cláusulas técnicas ao presente caderno de encargo.

16. A título acessório, a entidade adjudicatária fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª – substituição do pessoal

1. O adjudicatário deve ter de prevenção e disponíveis outros vigilantes que possam substituir os vigilantes habitualmente escalados para os postos de vigilância, por motivo de falta ou ausência destes, desde que tal ausência ou falta seja superior a 1 hora.

2. O adjudicatário deve informar e identificar previamente, com antecedência mínima de 48 horas, os representantes da entidade adjudicante, de qualquer substituição de vigilantes que pretende efetuar, devendo os mesmos cumprir com as obrigações referidas no artigo 4º e possuir os requisitos habilitacionais exigidos por lei.

3. Os novos elementos devem ser previamente informados sobre as particularidades do serviço que vão efetuar, sempre que possível, ser colocados no posto de vigilância, junto com os vigilantes a substituir, pelo menos durante um dia.

4. Mediante pedido fundamentado da entidade adjudicante, a entidade adjudicatária obriga-se a substituir qualquer elemento do seu pessoal.

Cláusula 7.ª – Acompanhamento da execução do contrato

1. O adjudicatário obriga-se a nomear um interlocutor, que terá as seguintes obrigações:

- a) Prestar todas as informações que lhe sejam solicitadas pela entidade adjudicante., no âmbito da execução do contrato;
- b) Representar a entidade adjudicatária em todas as reuniões de acompanhamento do contrato para as quais seja convocado pela entidade adjudicante.

2. Sempre que haja necessidade em substituir a pessoa do interlocutor ou em caso de impedimento prolongado deste, deverá ser substituído por outro, com competências equivalentes.

3. A entidade adjudicatária comunicará previamente à entidade adjudicante, caso se verifique o previsto no número anterior.

2. Sempre que haja necessidade em substituir a pessoa do interlocutor ou em caso de impedimento prolongado deste, deverá ser substituído por outro, com competências equivalentes.
3. A entidade adjudicatária comunicará previamente à entidade adjudicante, caso se verifique o previsto no número anterior.
4. A entidade adjudicante poderá, a qualquer altura, durante o período de execução do contrato proceder a qualquer ato de supervisão, fiscalização e acompanhamento, com vista à respetiva avaliação e inspeção qualitativa de acordo com as características, especificações e condições técnicas definidas no presente caderno de encargos na proposta apresentada pelo adjudicatário.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 8.ª - Dever de Sigilo

1. A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade adjudicatária ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor, a todo o tempo, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveras legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 10.ª – Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante obriga-se a pagar à entidade adjudicatária o preço constante da proposta adjudicada, acrescidos de taxas/impostos legais em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças ou por conta de direitos de propriedade intelectual.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, só serão devidos à entidade adjudicatária os valores referentes aos serviços que sejam efetivamente prestados.

Cláusula 11.ª – Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção, pela mesma, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a entidade adjudicatária obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de uma nova fatura corrigida.
3. No âmbito do contrato a celebrar, não serão devidos, em caso algum, quaisquer adiantamentos por conta do preço.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 12.ª – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir à entidade adjudicatária o pagamento de uma pena pecuniária de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo **incumprimento das datas e prazos** previstos na proposta, de acordo com as especificações técnicas e restantes obrigações do presente Caderno de Encargos, a penalização será de €300,00 por cada dia de atraso.
 - b) Pelo incumprimento no caso de **indisponibilidade de assistência técnica**, a penalização é calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P = Fh \times Ph \times 2$, em que P corresponde ao valor da

penalidade, Fh corresponde ao número de horas de atraso após o prazo máximo de 1 hora dado para resolução da anomalia e Ph ao preço/hora respeitante a essas horas em falta, que para o presente Caderno de Encargos se estipula que seja de 25 euros/hora.

2. Quando as sanções revistam natureza pecuniária, o respetivo valor acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.^a – Força maior

1. Não serão aplicadas penalidades e não é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer uma das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagem, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da entidade adjudicatária ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela entidade adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pela entidade adjudicatária de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina ao não cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14ª – Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a entidade adjudicatária violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente pelo atraso na conclusão dos serviços.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicatária.

Cláusula 15.ª – Resolução por parte da entidade adjudicatária

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicatária pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido em dívida há mais de 90 dias ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos trinta dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capítulo IV

Caução

Cláusula 16ª – Execução da caução

Não é exigida caução para a presente prestação de serviços.

Cláusula 17.^a – Seguros

1. É da responsabilidade da entidade adjudicatária a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos: Seguro de responsabilidade civil profissional da empresa e seguros contra acidentes de trabalho dos funcionários.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no n.º anterior, devendo a entidade adjudicatária fornecê-la no prazo de 5 dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 18.^a – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 19.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

Não é permitida a subcontratação nem a cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicatária.

Cláusula 20.^a – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.^a – Contagem dos prazos

1. Os prazos referidos no presente Caderno de Encargos, relativos aos procedimentos de formação do contrato contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e não lhes é aplicável, em caso algum, o artigo 88.º do mesmo Código, de acordo com o n.º 1 do artigo 470.º do CCP.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas, são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Cláusula 22.ª – Utilização de dados pessoais

1. Todos os dados pessoais recolhidos ou que a entidade adjudicante tenha acesso, são para uso exclusivo pelos serviços da entidade adjudicante.
2. Os dados pessoais solicitados ou a solicitar no âmbito do contrato, são os exigidos nos termos da Lei Portuguesa no âmbito da contratação de despesa pública e execução do respetivo contrato.
3. Os dados pessoais solicitados ou a solicitar, são os estritamente necessários para a formação do procedimento pré-contratual e execução do respetivo contrato a celebrar.
4. Os dados pessoais são para uso pelos serviços da entidade adjudicante, que executem tarefas relacionadas com o procedimento contratual em causa.
5. Os dados pessoais a que a entidade adjudicante tenha acesso serão conservados pelo período fixado por Lei para os mesmos.
6. A entidade adjudicatária, respeita as condições relativas à utilização de dados pessoais a que tenham acesso, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados para que o tratamento satisfaça os requisitos do regulamento e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.

Cláusula 23.ª – Gestor do contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo.
2. No âmbito do presente procedimento é designado gestor do contrato ~~o Coordenador de Manutenção.~~
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou anomalias na execução do contrato, deverá comunicá-los de imediato ao órgão competente da entidade adjudicante, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem necessárias.

Cláusula 24.ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, respetivas alterações e retificações e demais legislação portuguesa em vigor.

Capítulo VII
Cláusulas técnicas
Cláusula 25.^a – Prestação do serviço

Evento: Feira de Santa Iria 2021

Local: Largo de São Francisco e Zona Junto às Piscinas Municipais

Data do serviço: 13 a 25 de outubro de 2021

Serviço	Datas	Horário	N.º Total Horas	N.º de Elementos	Local da Prestação do Serviço
Vigilante para assegurar a vigilância e controlo do espaço de exposição automóvel	15-10-2021	08h00-16h00	8	1 vigilante	Largo de São Francisco
Vigilante para assegurar a vigilância e controlo das entradas na Feira de Santa Iria	15 a 25-10-2021	15-10: 14h00 -24h00; 16-10: 00h00-02h00 12h00-24h00; 17-10: 00h00-02h00 12h00-24h00; 18-10: 00h00-01h00 14h00-24h00; 19-10: 00h00-01h00 14h00-24h00; 20-10: 00h00-01h00 14h00-24h00; 21-10: 00h00-01h00 14h00-24h00; 22-10: 00h00-01h00 14h00-24h00; 23-10: 00h00-02h00 12h00-24h00; 24-10: 00h00-02h00 12h00-24h00; 25-10: 00h00-01h00	854	7 vigilantes	Largo de São Francisco
Vigilantes para circularem pelo recinto e tendas da gastronomia, atividades económicas	15 a 24-10-2021	15-10: 15h00-24h00; 16-10: 00h00-06h00 14h00-24h00; 17-10: 00h00-06h00 14h00-24h00; 18-10: 00h00-06h00 14h00-24h00; 19-10: 00h00-06h00 14h00-24h00; 20-10: 00h00-06h00 14h00-24h00; 21-10: 00h00-06h00 14h00-24h00; 22-10: 00h00-06h00 14h00-24h00; 23-10: 00h00-06h00 14h00-24h00; 24-10: 00h00-06h00 14h00-24h00	930	6 vigilantes	Largo de São Francisco

Vigilante para o parque das roulottes	14 a 26-10-2021	14-10: 15h00-20h00; 15-10: 15h00-24h00; 16-10: 00h00-02h00 14h00-24h00; 17-10: 00h00-02h00 14h00-24h00; 18-10: 00h00-01h00 14h00-24h00; 19-10: 00h00-01h00 14h00-24h00; 20-10: 00h00-01h00 14h00-24h00; 21-10: 00h00-01h00 14h00-24h00; 22-10: 00h00-01h00 14h00-24h00; 23-10: 00h00-02h00 14h00-24h00; 24-10: 00h00-02h00 14h00-24h00; 25-10: 00h00-01h00	118	1 vigilante	Zona Junto às Piscinas Municipais
Vigilantes para efetuarem a vigilância no interior das tendas da Gastronomia, Atividades Económicas e Instituições, proceder ao encerramento e abertura das portas e controlar o acesso para cargas e descargas no período de encerramento da Feira	13 a 25-10-2021	Das 18h00 do dia 13 de outubro às 18h00 do dia 15; Dias 16 e 17 de outubro das 01h00 às 15h00; Dias 18 a 22 de outubro das 00h00 às 15h00; Dias 23 e 24 de outubro das 01h00 às 15h00; Dia 25 das 00h00 às 13h00	960	5 vigilantes	Largo de São Francisco
N.º Horas Totais Vigilante			2870		